

PRINCÍPIOS DO PODER MARÍTIMO

Almirante ROBERT B. CARNEY,
Reserva da Marinha dos Estados- Unidos.

Artigo transcrito da revista "United States Naval
Institute Proceeding"

Os acontecimentos que se produzem continuamente no mundo exigem atualização constante no campo da estratégia nacional. Algumas modificações, como as que se processam no campo científico, podem evoluir a passos rápidos. Na era atômica, os sinais sinistros devem ser reconhecidos porque, se o homem não voltar ao seu senso, a catástrofe se apoderará de todos nós. Mas, na paz, nas ocasiões difíceis ou nos cataclismos, o mar será importante e é sobre o mar e sobre o poder marítimo que desejo escrever.

Antes de tentar chegar a uma conclusão referente ao poder marítimo, devemos considerar os amplos e eternos aspectos da estratégia. No encadeamento das idéias de qualquer período particular, os fatores especiais devem ser objetiva e cuidadosamente examinados. Deve-se, também, considerar os aspectos práticos de terra, do ar e do mar, porque cada um desses elementos estratégicos tem e continuará a ter efeitos diversos sobre a vida do homem.

Menciono a significação da terra e do ar porque, embora deseje falar sobre a relação entre o poder marítimo e a estratégia militar e nacional, aquéle jamais poderá ser considerado isoladamente ou como uma força auto-suficiente. Devemos ter sempre no espirito, entretanto, que o mar é, apesar disso, um fator vital. Não pode mais ser negligenciado como não podem as realidades da terra ser separadas da vida e da filosofia básicas.

QUE É O MAR ?

Nos E.U.A., com sua economia em expansão e seus compromissos mundiais, a essencialidade do mar está ressurgindo como fator vital na manutenção de seus próprios padrões de vida e, ao mesmo tempo, melhorando os dos países com os quais está associado pela amizade.

Façamos uma breve pausa e vejamos rapidamente o que o mar significa para os E.U.A. A utilização do mar é essencial para o nosso poderio econômico e prosperidade. É uma auto-estrada sobre a qual tanto as matérias-primas como os produtos manufaturados do mundo livre podem ser trocados, encorajando assim a expansão industrial e o desenvolvimento internacionais. O mar dá aos E.U.A. uma via sobre a qual pode lançar seu poderio militar; permite-lhes apoiar e manter os exércitos e as forças aéreas em além-mar, tanto suas como de seus aliados. O mar é uma chave importante para a prosperidade em tempo de paz e a sobrevivência em tempo de guerra, e o que é real para os E.U.A., o é, também, para os seus aliados. Os vínculos do mar dão coragem, confiança e coesão aos povos que se congregam para seu bem-estar e segurança.

Se o mar é vital para os E.U.A., imaginemos o que significa para os países como a Inglaterra e o Japão, que são completamente isolados do resto do mundo pela água azul. Pensemos no que o mar significa

hoje para a Turquia: ao norte, separa-a das terras hostis; ao sul, liga-a à Comunidade do Atlântico. Para todos, o controle seguro do mar em mãos amigas pode significar, em termos absolutos, a sobrevivência ou a morte.

Que significa o mar para a União Soviética? Primeiro, afastemos qualquer ilusão de que nesta era estamos lidando com o camponês russo das canções e das histórias. Estamos tratando com uma nova Rússia que tem grande capacidade intelectual e produtiva; com uma Rússia que aprendeu muitas lições durante anos, algumas a custa de duras experiências. Uma das lições que evidentemente ela aprendeu é a da duradoura influência do poder marítimo.

O homem soviético, erguido sobre a capa de gelo do Ártico que flutua sobre as águas polares, não pode deixar de compreender o vasto elemento estratégico que circunda a Eurásia e a África; não pode deixar de ver que esse elemento cobre nove doze avos do globo; nem pode deixar de sentir que o Continente Eurásico, juntamente com a África, cobrem dois doze avos do globo.

O Almirante Robert B. Carney terminou o curso da Academia Naval dos Estados Unidos, em 1916. Na 2ª Grande Guerra, comandou o Denver, no Pacífico; foi Chefe do Estado-Maior do Comandante da Área do Pacífico Sul e da Força Sul e serviu no Estado-Maior do Comandante da 3ª Esquadra na mesma função. Foi Comandante-em-Chefe das Forças Navais dos Estados Unidos do Atlântico Oriental e do Mediterrâneo, em 1950; Comandante-em-Chefe das Forças Aliadas no Sul da Europa e Comandante das Forças Navais Aliadas no Sul da Europa, em 1952-53. Serviu como Chefe das Operações Navais de agosto de 1953 até sua passagem para a reserva, em agosto de 1955.

Certamente deve apreciar a importância crítica do mar para os povos que estão resistindo à ideologia comunista. Todos os sinais contemporâneos mostram que os chefes soviéticos estão muito alertados para

a importância da influência marítima, como se verifica pela parte do seu esforço nacional orientada nessa direção.

Tudo indica que a União Soviética, que é esperta, incansável e progride rapidamente, compreende perfeitamente que, para alargar seus planos e objetivos periódicos, precisa desenvolver um poder marítimo capaz de controlar as águas que são essenciais à consecução de suas missões autoprescritas.

Portanto, mesmo de uma rápida consideração da influência do mar sobre o mundo em que vivemos, podemos concluir que ele persiste como fator vital nos empreendimentos humanos.

O PROGRAMA

As vezes, na História, pode parecer que o domínio do mar foi conseguido quase acidentalmente e com pouco ou nenhum conhecimento dos princípios nele envolvidos. Algumas nações, talvez, atingiram à grandeza marítima — e se tornaram potências mundiais — através de lento processo de expansão do comércio e estimuladas pelos homens de negócios; outras, foram forçadas a reconhecer a importância do mar como o caminho para fazer sentir a força e a pressão dos seus exércitos. Uns poucos — pouquíssimos — indivíduos viram a luz claramente e discerniram as leis físicas e econômicas implícitas. Um desses foi Lorde Nelson, cujo pensamento puro concentrou-se sobre as forças navais inimigas como objetivo único e perdurável. Instintivamente, apercebeu-se que a destruição dessas forças, onde quer que as encontrasse, afastaria a ameaça marítima do inimigo e asseguraria ao seu próprio país a capacidade de utilizar o mar com liberdade absoluta em proveito próprio.

Foi Alfred Thayer Mahan, contudo, na passagem do século, quem fez o primeiro esforço decisivo para examinar os princípios do poder marítimo e analisar sua influência sobre a geopolítica. Da mente inquisitiva de Mahan, o mundo teve primeiro que aprender algo sobre o aspecto básico, uma vez que ele

compreendeu a influência do poder marítimo sobre a História e foi bastante astuto para não confundir armas com princípios. Foi sua capacidade de não deixar seu pensamento ser obscurecido pelas limitações das armas dos seus dias que faz com que muitas de suas idéias ainda sejam aplicáveis ao nosso presente e ao futuro.

Do isolamento de Mahan das causas, efeitos, fatores e resultados, emergiu um quadro ao qual sempre se pode recorrer como guia para a existência de fundamentos de aplicação universal. E isso não foi uma conquista de pouca significação, porque, através da História, tem havido uma iteração sem fim e confusa entre economia e forças armadas, entre necessidade e possibilidade e entre armas e táticas — cada uma, por sua vez, parecendo ser uma causa e, às vezes, aparecendo no papel de contramedida.

Um estudo amplo do mar complexo e de sua verdadeira significação para a humanidade revela um grande quadro — um quadro não muito diverso do efeito combinado de muitos desenhos em papel transparentes superpostos. Encontrar a verdadeira essência é difícil. Mas a pedra angular da verdade pode ser assim estabelecida: embora o controle do mar seja bom para todos os que dele se beneficiam, a determinação da medida de controle necessária é o primeiro passo para dominar essa grande força para o bem ou para o mal.

Não há nenhuma razão para uma nação adquirir mais controle do mar do que o necessário em determinada área e em determinada ocasião. Há áreas e rotas marítimas que são vitais para os interesses de uma nação; áreas em que há real necessidade de controle. Haverá outras em que apenas será suficiente negar sua utilização ao inimigo ou estabelecer um controle temporário.

Continuando a examinar o mosaico, aparecem outros elementos do quadro: objetivos nacionais, política nacional, o mar como auxílio ou obstáculo e os instrumentos para dominá-lo ou combatê-lo. O quadro é um caleidoscópio e exige paciência e discernimento para classificar os

fatores, grande discernimento para assinalar as histórias esclarecedoras periódicas que constituem um guia para o trabalho normal dos princípios e grande objetividade para isolar e estabelecer claramente os princípios fundamentais.

MEIOS DE CONTRÔLE

Os polinésios não pensam sobre o mar do mesmo modo que o neozelandês, o australiano ou o japonês; nem são obrigados a exercer as mesmas medidas de controle que os povos e nações que constituem as grandes comunidades políticas.

Seja o mar encarado como um meio de vida ou de sobrevivência, ou ofereça apenas uma oportunidade de exploração para os contrabandistas e piratas; seja um meio para as operações de guerra; ou uma via de comércio e uma fonte de matérias-primas — a medida de controle do mar, necessária à comunidade interessada, é determinada por esses fatores.

Devemos concluir com razão que o grau necessário de controle do mar é função dos desejos e possibilidades, das necessidades e da coragem, das ameaças e resistências, dos apetites e fraquezas — todas as motivações de uma nação interessada no assunto.

O acidente geográfico não pode ser desprezado ao considerar-se a necessária medida de controle do mar. Por exemplo, as cartas mostram que o Japão tem muito maior oportunidade para utilizar o mar do que a Alemanha, em vista de sua posição geográfica. Dispõe de saídas e entradas menos restritas. Por outro lado, a Alemanha está em posição mais favorável em relação à auto-suficiência industrial. Tudo indica que a importância da geografia continuará quando transpusermos o limiar atômico.

Antes da 2ª Grande Guerra, a medida do controle do mar necessário era feita em termos de tipo, qualidade e tonelagem de determinada nação; em termos de necessidades nacionais, insuficiências, anseios e clima político. Com a assinatura dos tratados da OTAN e OTSEA e de todos os acordos bila-

terais e multilaterais no mundo, deve ser dispensada consideração coletiva ao controle do mar, contribuindo cada país com a força compatível com suas condições técnicas, econômicas, políticas, militares e geográficas.

Um país pode ser dotado de força marítima não militar, outro ser rico em depósitos minerais e outro ainda pode ter-se especializado na construção e operação de navios de combate. Segundo o princípio da segurança coletiva, o mar tem ação catalítica sobre as nações de ideais semelhantes, permitindo-lhes juntar seus recursos de sorte que as pequenas peças possam ser reunidas para formar um grande mosaico.

Juntas, as nações livres estão evoluindo para um quadro de força, variedade e imaginação combinadas o qual, espera-se ardorosamente, lhes permitirá utilizar o mar em busca do seu objetivo comum e lhes dará a possibilidade de evitar sua utilização por qualquer inimigo da liberdade.

Assim como foi necessário historicamente que as nações individualmente estabelecessem seus próprios conceitos e medidas necessárias ao controle do mar, de acordo com seus objetivos e política nacionais, é hoje também necessário que os grupos de nações aliadas pensem em termos de realização e praticabilidade de suas aspirações combinadas.

POLÍTICA NACIONAL

A política nacional é algo que não se pode definir em uma sentença ou em um parágrafo. Realmente, é a soma total de muitas e muitas decisões tomadas no alto escalão do governo. Algumas das decisões são de objetivos largos; muitas são pequenas e técnicas. Os E.U.A. seguem política nacional ampla no que se refere aos assuntos que afetam a segurança nacional. Há política nacional para assuntos tais como imigração, tarifas e comércio exterior. Há política nacional econômica com respeito a certas regiões da terra; política ampla tem sido estabelecida com referência a certas nações. Temos política nacional sobre artigos que devem ser

importados e exportados, alguns dos quais podem ser de tal importância que talvez seja desejável empregar a força militar para assegurar sua chegada em segurança. Temos política concernente às relações separadas com países isolados e contrapolítica para a política nacional de outros países.

Mais recentemente, estabeleceu-se a política nacional referente aos assuntos nucleares; foram tomadas decisões sobre que artigos devem ser produzidos e que informações atômicas serão disseminadas.

O mesmo acontece com todas as nações. Quando as múltiplas políticas nacionais se chocam no cenário internacional, algumas resultam em conceitos mutuamente benéficos; outras originarão fricções desagradáveis; e os atritos, se bastante sérios, podem redundar em um conflito armado.

A grande política dos E.U.A. baseia-se no preceito de que a unidade do mundo livre proporcionará a força contra os objetivos declarados do comunismo internacional e a força, por sua vez, contribuirá para a segurança. Baseia-se na crença de que devem ser feitos esforços continuados para distender e fortalecer o mundo livre, moral, econômica, espiritual e militarmente. Conclui-se assim que muitas das políticas nacionais dos E.U.A. estão associadas aos interesses básicos dos povos amantes da liberdade em qualquer parte.

De grande significação é o fato dos E.U.A. não terem aspirações territoriais. Renunciaram às presas das guerras passadas e seguem com firmeza a política de garantir e favorecer a independência de outros povos. Seu povo prosperou sob o sistema da livre concorrência.

OBJETIVO FINAL

O objetivo final do Governo dos E.U.A. é a verdadeira paz. Por instinto, desejaríamos que todos os homens tivessem o direito que Deus lhes deu de ter uma vida plena e livre e gozar as bênçãos da liberdade e a busca da felicidade; entretanto, esse nobre desejo pode estar em conflito com os costumes, as

mentalidades e os traços raciais harmonizados a diferentes filosofias, talvez melhor adaptadas às necessidades em outras partes do mundo.

Uma nação, tendo assentado certas políticas nacionais, julga necessário determinar o que pode ser feito a fim de executá-las. Este é o começo da formulação de uma estratégia nacional. Quando uma nação estabelecendo uma estratégia, deve sempre perguntar a si própria: Que desejaria a comunidade conseguir? São esses objetivos realizáveis à luz das condições existentes? Evidentemente, nenhuma nação deve marcar objetivos tão afastados que não lhe seja possível alcançá-los; isso poderia ser um convite ao desastre. Deve notar-se, entretanto, que à medida que aumentam as possibilidades de uma nação esta pode estender-se um pouco mais em busca dos seus objetivos; ao contrário, se as possibilidades diminuem, as ambições devem ser restringidas.

Sendo a política nacional realmente a expressão dos planos realizáveis e flexíveis para o bem-estar comum, é axiomático que a estratégia, que complementa a política, nunca poderá ser estática. A estratégia acomoda-se às circunstâncias e estas jamais são estáticas. Conseqüentemente, não deve surpreender que os planejadores militares sempre revejam e alterem seus conceitos estratégicos.

Freqüentemente é necessário, ao estabelecer uma política nacional, fazer certas hipóteses com relação às intenções de outros povos bem como às suas possibilidades. Conclui-se daí que os planejadores e os organizadores da política nacional, se forem sábios, reverão amiúde e cuidadosamente essas hipóteses básicas. Quando a Iugoslávia rompeu com o bloco soviético, mereceu nova apreciação de todas as nações do mundo livre bem como das nações sob o controle soviético; agora, mais uma revisão é necessária. A criação da Áustria livre terá repercussões nas políticas nacionais de muitos governos *vis-a-vis* a esse novo país independente. Para obter objetivos amplos há necessidade implícita de traçar linhas de ação se-

guras, baseadas no realismo e no idealismo, e a execução da política será mais eficiente se claramente compreendida tanto pelos amigos como pelos inimigos.

Aqui está uma idéia muito importante: assim como é difícil manter um navio em posição, ainda é mais difícil obter um objetivo nacional que nada mais é do que uma tentativa para manter o *status quo* face à dinâmica de políticas opostas. Uma nação ou uma raça que está se expandindo e caminhando, constitui grave problema para os que estão lutando apenas para manter as condições estáveis.

FORÇAS MILITARES

De que forças militares necessitam as coalizões de liberdade, e por que? Evidentemente necessitam arsenais que possam derrotar nosso inimigo mais provável. Comparando a força do mundo livre com a sua, podemos apenas concluir que o mundo livre não pode enfrentá-lo exclusivamente em terra, mesmo que nos contentemos em combatê-lo a sua maneira. Esse inimigo tem agora potencial nuclear; um real e poderoso exército; está construindo uma marinha que é de significação crescente no aumento de sua área de controle e está projetando-se para o mar.

Nesta era do hidrogênio, a primeira condição necessária é a força de contenção — um poder tal que faça com que qualquer inimigo, por forte que seja, não possa chegar a outra conclusão senão a de que o caminho mais seguro para não atingir seu objetivo seria desencadear um conflito que destruiria tudo que se empenhou para construir.

Talvez isso não conduza a nenhuma decisão nítida mas mesmo um equilíbrio difícil é preferível à uma experiência total da força. Mas, suponhamos que os homens fracassem no esforço de prevenir a guerra. Então, precisamos *vencê-la*. E, para *vencê-la*, só podemos fazê-lo convencendo o inimigo da inutilidade de seu esforço, destruindo suas forças, jarretando sua potência e quebrando sua vontade de combater. Para isso, devemos impedir

que suas pontas de lança sejam bem sucedidas, que seus exércitos dominem os territórios amigos. Devemos emborlar suas possibilidades, tanto estratégicas como táticas. Devemos frustrar seus esforços para cortar nossas vias marítimas. Devemos cercar suas próprias fontes de suprimento marítimas. Ainda mais, devemos tomar as providências práticas ao nosso alcance para impedir um ataque atômico aos pontos vitais dos E. U. A. sem os quais a liberdade nunca poderá ser vitoriosa.

Devemos estar prontos para enfrentar o holocausto, mas nada assegura que o sacrifício venha e nada justifica a previsão de que menor número de conflitos continuarão a atormentar-nos.

Pode não nos caber optar; devemos estar preparados para quaisquer contingências. Conseqüentemente, não podemos admitir que o átomo como arma é um substituto para tudo mais e sim encará-lo como um elemento a mais. Devemos guardar ainda a possibilidade de tratar com sucesso as agressões menores que, sob o ponto de vista comunista, podem concorrer de modo especial para a conquista total.

Tudo isso nos leva à necessidade de ter possibilidade aérea estratégica, capacidade aérea nacional de lançar armas atômicas táticas de diversos modos, um exército com armas atômicas para esmagar as ondas humanas com as quais poderemos defrontar-nos e u'a marinha que possa projetar nossa potência contra o inimigo, apesar das ameaças que possam surgir do ar e do mar — u'a marinha que possa enfrentar e derrotar qualquer ameaça inimiga vinda do mar. Tudo isso tem que ser comprado e mantido com os recursos destinados ao esforço militar.

Alguns dos nossos recursos militares podem ser vantajosamente cedidos aos nossos aliados, não como uma dívida mas como uma extensão real da força militar aliada. Dentro de nossa própria casa, devemos chegar a uma boa divisão de recursos entre as Forças Armadas. Não há apenas uma única fórmula para isso. É questão de julgamento sa-

do, de discussões longas e racionais — algumas vezes concessões — dando realce à absoluta e indesejável necessidade de sobreviver a um ataque geral e de despedaçar a capacidade do inimigo de lançar um ataque do qual não nos possamos recuperar rapidamente. Abordamos esse ponto com um propósito específico. Não pode mais haver idéias estreitas nem parciais em assuntos de defesa nacional. Isso é particularmente verdadeiro quanto aos E. U. A. devido à posição impar que ocupa geográfica e economicamente no mundo.

Não podemos mais nos deixar cegar pelo pensamento fanático de uma única Força Armada, ou de um conceito único.

Com o conhecimento de que o pensamento naval deve estar constantemente nesse contexto, podemos examinar minuciosamente o lugar do poder marítimo no esquema da política nacional.

PODER MARITIMO

Depois de determinados os objetivos nacionais, devem ser planejados os meios e modos para sua consecução. Em certas áreas, será suficiente a diplomacia. Haverá outras que exigirão exame detalhado da estrutura financeira e talvez do delicado matiz do pensamento político interno. Outros objetivos exigirão exame da disponibilidade de matéria-prima, do potencial de produção e da situação da mão-de-obra, tanto qualitativa como quantitativamente. Na eventualidade de estar envolvida uma atitude militar, deve ser decidido se as forças podem ser mantidas como precaução para o caso de um desafio.

Difícilmente é possível considerar essas facetas do poder e política nacionais sem consideração da futura possibilidade das comunicações marítimas. Isso é verdade, seja considerando a grande pressão de pulsação, seja pensando em termos de lutas periféricas limitadas ou seja ainda encarando uma agressão atômica geral.

A estratégia dos países livres está estreitamente ligada a sua capaci-

dade de deslocar-se livremente no ar e no mar. Há necessidade de supremacia marítima e aérea das águas do Atlântico. O Atlântico é a verdadeira essência da Aliança Atlântica. Por duas vezes esse Oceano e suas áreas periféricas constituíram causas de guerra e determinaram seu resultado. Sem capacidade para projetar e sustentar o poder militar na Europa, sem a capacidade de construir e apoiar bases no exterior e as indústrias de guerra aliadas, sem a capacidade de promover o intercâmbio de matérias-primas e produtos acabados, uma coalizão como a OTAN não poderia existir. Jamais poderia ter sido considerada; nem na Europa meridional poderiam os gregos e turcos terem-se juntado à Comunidade do Atlântico, sem a segurança de que o Mar Mediterrâneo poderá ser cruzado e efetivamente controlado por forças amigas.

Quando a Grécia e a Turquia entraram na OTAN, em fevereiro de 1952, seus líderes governamentais estabeleceram que a sua participação continuada em caso de hostilidade dependeria do ressurgimento e do apoio do mar. Uma vista sobre a geografia da Bacia do Mediterrâneo explica a importância que aquelas nações emprestam às comunicações marítimas. Praticamente não existem estradas para as fontes de suprimento, o terreno é difícil e a linha de transportes terrestres fácil de ser interdita. O grosso do transporte não pode ser feito pelo ar; a maior parte de suas necessidades deve vir por mar.

O quadro não é diferente no que se refere ao norte da Europa, Dinamarca e Noruega. Seu futuro e o da Alemanha e Grã-Bretanha seriam gravemente ameaçados sem a capacidade aliada para controlar as áreas do Mar do Norte e as águas da Noruega.

O mesmo acontece no Pacífico. O Pacto de Manilha não teria significação nenhuma se não houvesse comunicações marítimas e aéreas para ajudar a sustentar a vontade dos povos; nem o Tratado de ANZUS teria algum valor; nem poderiam os chineses manter seu Governo em Formosa; nem poderiam

os corajosos patriotas das Filipinas, do Paquistão e do Ceilão em segurança expressar-se fortemente em Bandoeng em favor da causa da liberdade; nem poderiam os particulares ter arriscado seus fundos em lugares como o Congo Belga no desenvolvimento dos recursos no exterior; nem poderiam os países pequenos como a Guatemala resistir efetivamente a infiltração comunista; nem poderiam a indústria e a engenhosidade japonesas tornar-se um baluarte da liberdade no Extremo Oriente; nem poderia a Coreia do Sul manter sua liberdade — se a supremacia do Oceano Pacífico estivesse nas mãos de potências não simpáticas.

Consideremos, mais especificamente, a significação do poder marítimo no conjunto da necessidade econômica global. Quão importante será o mar aos olhos dos industriais japoneses, cujo país teve que importar, em 1952, mais de 4.000.000 t de minério de ferro a fim de satisfazer às necessidades de seus programas de produção e que, no mesmo ano, teve de importar quase 5.000.000 t de coque e mais do que isso de petróleo? Que importância tem o mar para os britânicos que importam virtualmente toda a sua matéria-prima com exceção do carvão? Quão importante será para a Alemanha Ocidental, a Itália, a Suécia ou a França, cujas importações são superiores às exportações? Certamente não se pode chegar a outra conclusão que as economias dos grandes importadores do mundo estariam arruinadas se as comunicações marítimas se rompessem.

O quadro do comércio exterior soviético sofre atualmente algumas alterações; há uma tendência visível para aumentar cada vez mais os negócios nas estradas oceânicas. Atualmente os soviéticos estão importando, por questão de conveniência, considerável equipamento de transporte — especialmente navios mercantes. Eles ainda vão buscar no exterior fibras têxteis e produtos alimentícios; sua importação de maquinaria é grande. Recentemente, os soviéticos aumentaram suas exportações em produtos como petróleo, trigo, madeira, peles, mine-

rais e certos tipos de maquinária. Nos últimos dois anos, por exemplo, apareceu no mercado internacional a exportação de maquinária de perfuração de petróleo a este suplantou os tradicionais produtos alimentícios como o artigo de exportação número um.

Os aliados livres não podem considerar que terão a supremacia marítima. Este ponto de vista não é parcial. Resulta de informações concernentes ao desenvolvimento marítimo soviético, cujas conseqüências são extremamente sérias. O aumento crescente do poder marítimo soviético permitirá seguramente aumentar as ambições soviéticas que, por sua vez, podem levar a uma estratégia mais ambiciosa.

A questão de força e estratégia é um tanto semelhante à história da galinha e do ovo. O poderio pode encorajar o alargamento das idéias estratégicas e a falta de força restringi-las; por outro lado, uma estratégia firmemente estabelecida pode levar à criação da força para apoiá-la. Não se sabe o que surgiu primeiro — se a galinha ou se o ovo; e nem sempre está claro se a estratégia faz o poder sob a forma de forças militares ou se, ao contrário, as forças militares determinam a estratégia; talvez seja um pouco de ambas.

OBJETIVO EM VISTA

Os soviéticos estão seguramente criando um grande número de bons instrumentos navais e fazendo isso com um objetivo em mira. Podemos apenas imaginar que a natureza do objetivo é a missão mais ampla para o poder naval soviético; e talvez aspirem chegar a uma missão sob a qual opera a Marinha dos E. U. A.: conquistar e manter o controle dos mares e negar sua utilização a qualquer inimigo. Esse pode ser muito bem o objetivo final soviético. Enquanto isso, criaram uma medida de poder naval e precisam adaptar sua estratégia ao poder marítimo que forem capazes de criar.

Por enquanto, os soviéticos não têm forças navais que lhes permitam pensar na conquista agressiva de territórios no além-mar. Têm,

porém, um programa de construção que lhes permitirá alargar sua atual estratégia. A medida que melhorar seu programa de treinamento, que seu plano de construção frutificar, que se tornarem hábeis na guerra marítima, suas idéias serão materialmente afetadas pela sua crescente capacidade.

Pode haver hoje pouca dúvida de que a estratégia provisória da U. R. S. S. é controlar áreas escolhidas ao largo de suas fronteiras marítimas e, a proporção que aumentarem seus recursos e possibilidades, expandir o controle.

Em certas áreas já houve um impacto sobre as possibilidades das forças navais aliadas exercerem o controle marítimo; o Mar de Ochotsk, ao norte da Japão, é um exemplo. Ali, com o apoio das bases terrestres próximas, as forças navais de superfície e aeronaves soviéticas, combinadas com um grande potencial submarino, têm atualmente grande capacidade para desafiar a utilização daquela restrita área marítima pelas forças navais de outras nações.

Isso não quer dizer que a força militar soviética não possa ser repulsa naquela área. Poderá ser desafiada pela ameaça aérea às suas bases e forças; poderá ser ameaçada por operações submarinas ou sadas. Talvez calculando as atuais possibilidades marítimas relativas dos soviéticos face às nações livres, naquela área particular, possamos concluir que ela se tornará um deserto líquido e desabitado exceto para alguns destemidos exploradores e pioneiros. Mas mesmo isso é significativo, porque apresenta uma restrição na outrora total e absoluta supremacia marítima aliada.

Um relance a um mapa mundial revela outras áreas de crescente poderio naval soviético, como nos Mares do Japão, de Barents, Negro, e, naturalmente, o Báltico. Pela judiciosa disposição de suas forças, os soviéticos podem ameaçar de certo modo a liberdade de ação das forças aliadas na costa asiática.

A capacidade submarina dos soviéticos introduz a possibilidade de pelo menos expansões intermitentes

da influência marítima militar, além de suas próprias águas costeiras.

* Embora seja verdade que essas novas áreas de interesse marítimo soviético possam tornar-se difíceis para a operação das forças navais soviéticas por meio de neutralização, a verdade é que a necessidade dessa neutralização indica a diminuição da superioridade mundial das forças navais aliadas. Esse fato, desagradável e assustador, deve pôr fim à complacência. Deve estar sempre presente em nosso pensamento e em nosso planejamento, no presente e no futuro. Deve ser devidamente considerado em nossos planos e nos acréscimos que fazemos no número de navios, armas e aviões.

De se jo especialmente ressaltar que, embora a estratégia do Atlântico no momento pareça estar razoavelmente firme e bem compreendida, há necessidade da maior vigilância na determinação de nossa estratégia no Pacífico, devido à lenta redução da diferença do poder marítimo. Há milhões de amigos asiáticos cuja existência depende do mar. Não devemos arriscar-nos à criação de uma situação que possa eventualmente ameaçar nosso controle sobre qualquer das rotas marítimas do Pacífico essenciais à segurança e à coesão aliadas. O desenvolvimento firme do poder marítimo soviético constitui uma ameaça àquela segurança e coesão.

Esta era é uma reminiscência da que se seguiu a 1930, quando começou a surgir para o nosso país a necessidade urgente de u'a Marinha para os 2 oceanos.

Nossos compromissos marítimos para com a OTAN e as realidades da situação no Pacífico estabeleceram novamente a necessidade de um conceito para os 2 oceanos — desta vez em base internacional mais ampla. No momento, os E.U.A. estão transferindo forças do Atlântico para o Pacífico para satisfazer às exigências de ambos os Oceanos. Mas as Forças Navais dos E.U.A. não são suficientes para as necessidades instantâneas e urgentes de uma guerra global. Se a tragédia de uma guerra total chegar até nós, necessitaremos de capacidade maior

do que temos a fim de satisfazer às necessidades dos aliados em ambos os oceanos.

A expansão soviética no Pacífico não se limita ao campo marítimo. Houve grande expansão econômica na Sibéria Oriental de sorte que, hoje, a U.R.S.S. aproxima-se mais de uma quase auto-suficiência em uma região que tem acesso às rotas comerciais do Pacífico.

Na área nordeste da Sibéria, diz-se que os soviéticos têm acesso aos minerais como antimônio, chumbo, zinco, tungstênio, enxofre e bauxita. Há fortes indicações de que nesse setor possam estar encontrando urânio e *pitchblenda*, que é outra fonte de urânio e de rádio. Já foram encontrados e explorados substanciais recursos de carvão para fornecer o combustível e a energia local necessárias às instalações industriais.

E o que é também importante é o fato de que nessa área escondida foram encontrados grandes depósitos de ouro. Em consequência, surgiu na costa nordeste da Sibéria uma cidade inteiramente nova chamada Magadan. Habitada principalmente por trabalhadores escravos, é provavelmente a cidade de maior crescimento no mundo. Há duas décadas a região era habitada apenas por pescadores nativos. Em 1949, a população elevara-se para cerca de 50.000 almas. Quatro anos depois para 100.000 e, de acordo com o Instituto do Estado Soviético para o Planejamento de Cidades, os planos de construção prevêem que terá duplicado de tamanho em 1963. O porto de Magadan oferece uma das melhores baías abrigadas do Mar de Ochotsk. Tem profundidade de 10,8 m e permite a ancoragem livre de mais de uma centena de navios, inclusive navios de guerra dos maiores tipos.

Enquanto estamos focalizando o potencial do Extremo Oriente Soviético, talvez seja interessante falar sobre a cidade de Komsomolsk e dos seus estaleiros no Rio Amur, construídos em 1932. Dois anos depois de estabelecida a cidade, os estaleiros começaram uma produção limitada e, 5 anos mais tarde, estavam em plena produção. Os esta-

leiros do Amur são agora os maiores produtores de novas construções no Extremo Oriente tendo já construído cruzadores pesados, contratorpedeiros e submarinos. Além da construção naval, essa cidade produz aço para navios; tem um arsenal e uma fábrica de motores diesel e de peças sobressalentes e maquinária. Verificamos, assim, que a U.R.S.S. tem hoje em embrião na sua costa do Pacífico todos os ingredientes básicos para o desenvolvimento econômico e marítimo, e, embora muito ainda tenha que ser feito, os soviéticos estão construindo cidades, fábricas e estaleiros em uma área geográfica em que têm acesso ao mar largo; onde já dispõem de portos protegidos e onde encontraram abundantes recursos naturais e aparentemente estão continuando a fazer novas descobertas. Sabemos que, nacionalmente, estão adquirindo competência técnica; embora grande parte de sua mão-de-obra seja escrava, eles a têm em abundância. Todos os sinais são indicativos de que a U.R.S.S. tem intenção de desenvolver todo seu potencial industrial no Extremo Oriente e que o poder marítimo desempenhará papel sempre crescente no esquema de sua política nacional.

Se o mar está se tornando cada vez mais importante para a U.R.S.S. em virtude de sua expansão econômica e objetivos políticos, não é menos importante para os E.U.A. porque envolve a segurança militar e os interesses econômicos.

AUTO-SUFICIÊNCIA

Os americanos dificilmente acreditam que os E.U.A. não são, e de fato nunca foram, um país auto-suficiente. Desde o início de nossa nacionalidade, nossas mercadorias necessitaram do comércio exterior para expandir-se e prosperar; antes da 2ª Grande Guerra, a produção de um automóvel americano necessitava a importação de elementos básicos vindos de 60 diferentes nações; dos 77 artigos estratégicos críticos de que necessitam, os E.U.A., são auto-suficientes em 11 apenas.

Por exemplo, quantos americanos imaginam que a maioria da cromita usada nos motores a jato, turbinas de gás, tubos dos canhões, chapas blindadas e munição vem das distantes Rodésia do Sul, das Filipinas, da Iugoslávia e da Turquia? Quantas pessoas detêm-se para pensar que a maioria do magnésio — por coincidência, esse é um artigo altamente crítico sem o qual não se pode produzir o aço — vem da África e da Índia? A falta da mica utilizada como isolante para os fios elétricos pode afetar seriamente nossa produção eletrônica e retardar nossas operações militares. A maioria da mica vem da Índia e do Brasil. Esse problema permanecerá até que possamos desenvolver adequados recursos ou substitutos domésticos.

Sublinho esses produtos porque são indispensáveis à construção das armas navais, vitais hoje e ainda mais vitais amanhã. O novo submarino *Nautilus*, o navio aeródromo *Forrestal* e o contratorpedeiro *John Paul Jones* não poderiam ser construídos se não tivéssemos podido importar de ultramar. Há outros materiais críticos vitais à nossa economia civil de paz e à nossa indústria bélica que devem chegar aos E.U.A. por via marítima. Mais de 60% do antimônio necessário ao endurecimento dos metais para engrenagens de motores e utilizados na manufatura de projetis e acumuladores elétricos vem dos países da América do Sul, do sul da África e da Europa. A amosita, necessária à produção de asbestos, que é usada como isolante leve e resistente ao vapor das turbinas dos navios de guerra, para a qual não há substituto, só pode ser encontrada na União Sul-Africana.

Quase 70% da bauxita utilizada na produção do alumínio vem de fora — da América do Sul e da ainda mais distante Indonésia. A dependência dos E.U.A. da bauxita estrangeira continua a aumentar.

Outras deficiências minerais compreendem o cobalto, usado na manufatura dos motores a jato e nas turbinas a gás; a columbita, usada na produção do aço inoxidável e equipamento de refinação; a tantalita, usada nas superligas resistente

ao calor dos aviões a jato, projectis dirigidos e de muita importância para o equipamento electrónico, ferramentas de cortar e aviões a jato.

A expansão comercial está relacionada de maneira vital com o poder marítimo no esquema da política nacional dos E.U.A. Tanto as exportações como as importações mais do que duplicaram nos E.U.A. desde os dias anteriores à 2ª Grande Guerra. Depois desta, os E.U.A. empenharam-se de várias maneiras na assistência de 64 nações, abrangendo 3 continentes e 6 oceanos e constituindo cerca de 54% da população do mundo.

Repito que todos os dólares americanos e esforços humanos que estão sendo empregados no exterior para a melhoria e desenvolvimento dos nossos amigos de além-mar estariam perdidos se perdéssemos a capacidade de utilizar o mar. Do mesmo modo, todos os investimentos que têm sido feitos nas bases aéreas e instalações do exército no exterior, para uso tanto dos E.U.A. como de nossos aliados, esgotar-se-ão se não existir o transporte marítimo para sustentá-las.

A economia e eficiência dos transportes marítimos em nossos dias está implícita nos planos recentemente aprovados para a navegação dos Grandes Lagos — São Lourenço, estendendo as rotas oceânicas ao coração do continente norte-americano. Essa via para o mar constituirá uma rota alternativa para o transporte em massa e a baixo custo das matérias-primas e produtos industrializados. Permitirá o acesso às instalações de construção e reparo de navios em áreas relativamente seguras.

Projetos como esse indicam a fé do cidadão privado, tanto dos E.U.A. como do Canadá, no emprêgo futuro das comunicações marítimas.

A luz do que ficou dito, só se pode chegar à conclusão de que a influência do poder marítimo nos negócios humanos está crescendo por toda parte. E como a era atômica surge, trazendo consigo átomos benéficos e destrutivos, talvez a idade mais dourada do poder marítimo não ainda esteja por vir.

PODER NACIONAL

Embora este estudo focalize o poder marítimo, devemos ter em mente que este não é mais do que uma das componentes do poder nacional. É um dos vários elementos militares potentes integrados nesse conjunto que chamamos "poder nacional".

O poder marítimo, embora tremendamente valioso para uma nação, não é suficiente, por si só, para garantir sua segurança. Esta deve ter muitas componentes — poder marítimo, aéreo, terrestre, industrial e o poder do intelecto e da vontade humana — todos apoiam-se mutuamente em um esforço comum. Ainda mais, tudo indica que será preciso mais de uma única nação para vencer uma luta de vulto nesta era complicada. A vitória em tal luta exigirá a combinação de recursos e vontade de aliados resolutos bem como de um poderoso e vibrante E.U.A.

Uma das características do poder marítimo é sua flexibilidade. Uma esquadra versátil pode receber missões, pelo menos em bases provisórias e parciais, que seriam dadas a outras forças caso estas estivessem disponíveis. Por exemplo, no sul da Europa atualmente muitas das possibilidades aerotáticas dos aliados devem-se a Sexta Esquadra dos E.U.A. Esta esquadra não é em nenhum sentido um substituto apropriado para uma organização aérea baseada em terra. Mas, devido aos orçamentos nacionais, às restrições econômicas e conseqüências políticas de manter forças em território estrangeiro, a contribuição aérea da Sexta Esquadra é valiosa como único substituto disponível para aumentar a aviação tática europeia. O fato de ter capacidade atômica, dá-lhe, naturalmente, mais potencial. Além disso, a Sexta Esquadra não é apenas uma força militar mas também uma manifestação política da vontade e capacidade dos E.U.A. para ajudar a manter abertas as vias marítimas e dar apoio aéreo direto ao Mediterrâneo.

O poder marítimo dá a outras facetas do poder militar uma versatilidade e uma flexibilidade adicionais. Aumenta a possibilidade de

procurar o inimigo em condições favoráveis. Infelizmente, também, o poder marítimo introduz um elemento de ameaça mundial nas mãos dos que se inclinam pela agressão. Enquanto a U.R.S.S. foi estritamente um poder terrestre, com as componentes naval e aérea limitadas as suas possibilidades da 2ª Grande Guerra, sua sombra se espalhava apenas sobre seus vizinhos continentais imediatos mas não constituía uma ameaça ao Hemisfério Ocidental. Agora sua capacidade aérea ofensiva e crescente força naval estão alargando os horizontes do comunismo internacional militante. A significação do poder marítimo soviético reside no fato de abrir passagens para consolidar quaisquer efeitos atingidos pela aplicação de sua capacidade aérea de ataque a grande distância. Isso deve ser evidente, porque segue paralelamente os nossos conhecimentos e filosofia militares.

Realmente, os elementos do poder militar devem estar todos estreitamente integrados e unidos, já que tanto se apoiam mutuamente como dependem um do outro para obter o sucesso.

INSTRUMENTOS DO PODER MARÍTIMO

Se quisermos realizar nossas ambições e políticas nacional e internacional, devemos concluir que é imperativo manter a supremacia geral no mar. Devemos também concluir, como corolário, e, contudo, relutantemente, que o completo e absoluto controle do mar provavelmente não é mais possível nesta época, e que, portanto, é preciso fazer certa seleção das medidas de controle a executar.

As limitações auto-impostas e os riscos calculados conseqüentes refletirão e serão sem dúvida refletidos na política nacional.

Ao planejar os instrumentos de amanhã, é preciso muito estudo laborioso; mas há certos fatores que podem ser compreendidos pelos leigos e outros nos quais o leigo estaria interessado. Os instrumentos do poder marítimo dependerão sempre de dois fatores fundamentais: as tarefas que uma nação sabe que

se originarão em apoio de sua política e objetivos estratégicos nacionais positivos próprios e as tarefas que serão impostas pelos objetivos e possibilidades do inimigo. É difícil estimar com segurança as intenções de um adversário potencial. Contudo, se estivermos familiarizados com alguns dos elementos da força dos perturbadores potenciais, podemos determinar suas possibilidades e, tendo chegado a conclusões acertadas referentes a essas, é possível estabelecer contraplanos e contramedidas.

A fim de talhar os instrumentos do poder marítimo, deve haver perfeita compreensão de nossos objetivos nacionais de paz, dos objetivos dos competidores amigos, dos objetivos que devemos procurar atingir no caso de hostilidades e dos objetivos prováveis, possibilidades e intenções daqueles cujos objetivos e idéias são considerados estar em conflito potencial.

Depois dos dirigentes terem estabelecido isso, podem começar a moldar uma filosofia defensiva e ofensiva e, no caso da potência marítima, a esboçar os tipos de navios, aviões e instalações necessárias e as características a que devem satisfazer as armas.

Por exemplo, com o que sabemos sobre as possibilidades submarinas dos soviéticos, os E.U.A. e seus aliados podem fazer um planejamento muito realístico. Sabemos que os submarinos podem ser atingidos de diferentes modos. Podem ser destruídos na fonte. Podem ser interceptados em seus pontos de saída de suas várias bases navais no globo; podem ser interceptados a caminho de seus alvos — o que implica na sua localização e ataque antes que possam atingir os comboios ou outros objetivos. Ou, pode ser necessário combater o submarino depois que chega à posição de ataque; isso importa na proteção cerrada dos portos e comboios. Vemos assim a necessidade das operações de minagem, de ataque a submarinos, de escolta de comboios, de forças de ataque e destruição, de forças de ataque de navios aeródromos e de medidas defensivas passivas que se tornarem necessárias. Um

estudo posterior dá boa indicação dos instrumentos que serão necessários — que espécie de armas — que tipos de radar e sonar — e assim por diante.

Isso naturalmente não é mais do que uma faceta do problema marítimo, mas, de maneira semelhante, pode ser determinado o que é necessário no campo anfíbio, na guerra de minas, no reconhecimento aéreo, na defesa continental e em outras áreas.

DEFESA CONTINENTAL

A defesa continental, casualmente, tem sido sempre especialidade da Marinha dos E.U.A. e, hoje, a Marinha tem certas responsabilidades e novos papéis de grande significação.

A defesa continental envolve mais do que a defesa de um ataque de bombardeio intercontinental. Os submarinos têm potencial para atacar nosso território; podem ser equipados para carregar um conjunto de armas, inclusive aviões e projetis dirigidos com carga nuclear.

Nesta era, os E.U.A. devem fazer face ao perigo do ataque de surpresa ao seu próprio território, porque a proteção do que nos é vital é essencial à sobrevivência de nossos aliados e ao nosso próprio bem-estar.

A soma de todos esses fatores expressa-se afinal no tamanho e composição das forças que devem ser mantidas, nas reservas em pessoal, armas e suprimentos que devem estar prontos, no custo anual e nos planos para a mobilização do povo e da economia. A parte da Marinha deve ser equilibrada com as outras necessidades militares e econômicas.

A Marinha será chamada a proteger as áreas marítimas vitais aos E.U.A. e aos interesses aliados tanto antes como — não permite Deus — depois do ataque atômico. A Marinha necessitará forças para apoiar os compromissos nacionais no exterior, para prestar ativo apoio ao combate às armas irmãs, para lançar e interceptar projetis dirigidos, em suma, para cumprir qualquer missão militar que possa ser realizada no mar.

Como se mostrou anteriormente, a solução será diferente para cada país face a sua geografia, sua economia e seus vizinhos — amigos ou inimigos. O problema da Marinha dos E.U.A. é talvez o mais complexo de todos e, portanto, fornece melhor assunto para estudo.

Que precisa a Marinha dos E.U.A. para executar seus papéis e missões? Que precisa a fim de executar seus compromissos para com as forças militares e economias de nossos aliados? Onde será necessário que as Marinhas combatam? Que terão que fazer? Das respostas a tais perguntas, chegamos à composição de uma esquadra constituída de navios aeródromos para levar a guerra aérea às regiões de outro modo inacessíveis, navios aeródromos destinados a operar contra os submarinos inimigos, forças para proteção dos navios contra qualquer ameaça que possa ser feita aos comboios, forças para interdição do esforço inimigo de minagem, forças anfíbias, forças para agir contra a ameaça das minas inimigas, comunicações complexas, submarinos para suas missões normais, inclusive interdição do esforço submarino inimigo, e plataformas para o lançamento de projetis dirigidos.

Uma nação ou uma coalizão prudente jamais confiará exclusivamente em uma só idéia ou arma; nem pode o exercício do poder marítimo ser assegurado por esquadras sem flexibilidade. O canhão e seu projetil, o submarino e seus torpedos e projetis, o avião equipado com bombas e foguetes; e os navios de guerra de superfície, os navios transportes, a marinha mercante e as embarcações anfíbias — todos são necessários para formar uma força naval equilibrada, integrada e capaz de preencher a missão global do poder marítimo.

A nação que possuir os elementos necessários ao poder marítimo pode mover-se em cerca de três quartos da superfície da terra e afetar de certo modo a vida do homem em muitas partes do globo. Pode concentrar forças em áreas críticas; pode deslocar o centro estratégico de gravidade das operações de guerra e pode constituir um embaraço

para as ambições dos agressores em potencial. Os instrumentos devem ser mantidos atualizados. O envelhecimento das armas pode conduzir à perda da campanha marítima antes de ser iniciada e não podemos considerar certa nossa supremacia técnica. Há necessidade de prosseguir na sábia modernização ao longo de linhas de visada distantes de sorte que o elo marítimo das civilizações livres jamais seja quebrado.

OS PRINCÍPIOS

A complexidade do poder marítimo torna realmente difícil o discernimento de seus princípios. Isso tanto é verdade para os princípios maiores de aplicação universal como para os menores de aplicação limitada.

É básico dizer que a estratégia nacional não é uma expressão exclusivamente militar, porque é oriunda de todas as forças, das pressões, das fraquezas, das possibilidades e das limitações do organismo político e suas relações com outros na paz e na guerra.

É também apropriado concluir que o poder marítimo é afetado pelos meios financeiros de uma nação, por sua mão-de-obra em termos de quantidade e qualidade, por sua capacidade industrial, por sua filosofia de governo, por seus recursos naturais e pela determinação de seu potencial total.

Podemos também concluir que, o quanto se possa prever, o grosso dos homens e material que se move em torno do mundo precisará ser transportado por mar.

O comércio marítimo é de suma importância para praticamente todas as comunidades do mundo.

Os princípios clássicos de guerra — *mobilidade, surpresa, concentração, economia de forças* — todos tem lugar óbvio no emprêgo do poder marítimo. E, hoje, outro princípio está surgindo — o da *diversão*. Esses princípios têm significação estratégica e tática e a aplicação estratégica envolve funções e normas além do campo da responsabilidade militar.

Dentro do espírito da idéia moderna, deve ter-se em mente que os

princípios clássicos de guerra foram inicialmente enunciados quando o movimento e o apoio logístico eram realizados em cadência relativamente lenta. Com a compressão do tempo e do espaço, as contramedidas, a contenção e a represália trouxeram nova significação para os princípios clássicos ainda que não os cancelem.

Depois de passar pelo crivo as regras menores e os fatores obscuros, parece haver apenas dois grandes princípios básicos governando a ciência político-militar do poder marítimo.

Primeiro, toda nação que depende em qualquer escala da utilização do mar para sua economia e segurança deve assegurar as medidas de seu controle compatíveis com suas necessidades e recursos.

Segundo, o controle do mar não é uma função absoluta pois que compreende apenas a segurança do grau de utilização necessário e a negação do uso funcional especificado pelas nações ou grupo de nações inamistosas ou hostis.

Esses dois princípios fundamentais são reflexos da política nacional porque o poder marítimo não pode ser considerado isoladamente.

Em relação aos princípios menores de aplicação especial e seletiva, pode apenas dizer-se que cada caso requer análise própria sendo as respostas oriundas dos fatores pertinentes existentes.

CONCLUSÕES

Para concluir, é necessário falar novamente da modernização referida nas observações iniciais. É prudente manter uma atualização contínua com a evolução dos negócios mundiais, mas é igualmente importante que as soluções efêmeras para os problemas efêmeros não sejam apressadamente interpretadas como invalidando os princípios.

As alterações nas linhas políticas e as inovações científicas sempre necessitarão rápidos deslocamentos de potência e de progressos como medidas provisórias, para compensar as vantagens e manter o equilíbrio. Esse jôgo de medidas e contramedidas, armas e contra-armas, serão freqüentemente de caráter tão radi-

cal que momentaneamente obscurecerão os princípios básicos fundamentais. Em nenhum caso é isso mais verdadeiro do que no mar.

O variável capricho do mar tem forçado os homens a muitos expedientes para aproveitar seus recursos e afastar seus perigos, mas uns poucos e imutáveis princípios de física permanecem sob todas as estruturas que o homem construiu para obter uma vida segura no mar. A mesma simplicidade relativa fundamenta e apoia a ciência e a arte do poder marítimo. Profundamente e atrás

da miríade de problemas especiais com que se defrontam os povos do mundo no domínio do poder marítimo, há apenas uns poucos grandes fundamentos e, não importa quão complicada seja a equação especial, sua solução depende do conhecimento desses fundamentos. O maior deles é que, a menos que o mar seque, o homem estará sempre a braços com o problema de conseguir atravessá-lo e impedir que o seu inimigo o faça, porque não se pode divisar qualquer substituto total para os caminhos dos mares.

COMPANHIA SIDERÚRGICA BELGO-MINEIRA

Laminados — Trefilados — Tubos galvanizados

USINAS: SABARÁ E JOÃO MONLEVADE

*

Escritório central de vendas:

AV. NILO PEÇANHA, 26 - 4º AND. - TEL. 22-1970

RIO DE JANEIRO